



VII Colóquio Internacional São Cristóvão/SE / Brasil
“Educação e Contemporaneidade” 19 a 21 de setembro de 2013
ISSN 1982-3657



TRAJETÓRIAS PARALELAS: A EXPANSÃO DA ESCOLA ELEMENTAR NO BRASIL E EM PORTUGAL (1500-1930)

Tereza Cristina Cerqueira da Graça [\[1\]](#)

Resumo:

O ensino elementar em Portugal e no Brasil teve início com os jesuítas, através das escolas de ler, escrever e contar presentes em seus territórios até o século XVIII, quando o Estado assume o controle da educação escolar. No século XIX, as iniciativas em torno da expansão da escola elementar foram diminutas tanto na metrópole quanto na colônia sob o Império Português. Somente com a implantação das repúblicas é que o ensino primário experimenta alguma expansão pela sua importância na consolidação dos novos regimes e no progresso econômico das nações. O Brasil foi mais aberto às inovações educacionais do período, mas os resultados na escolarização do povo ficaram muito aquém das aspirações dos republicanos de primeira hora em ambos os países.

Palavras-Chave: História Comparada – Ensino Elementar–Brasil e Portugal.

Abstract:

Elementary education in Portugal and Brazil began with the Jesuits, through schools reading, writing and arithmetic present in their territories until the eighteenth century, when the state takes over the supply of school education. In the nineteenth century, the initiatives surrounding the expansion of the elementary school were small both in the metropolis and in the colony under the Portuguese Empire. Only with the establishment of the Republic, the primary education experiences some expansion due to its importance in the consolidation of new regimes and economic progress of nations. Brazil was more open to educational innovations of the period, but the results in the schooling of the people fell far short of the aspirations of Republicans in both countries.

Keywords: Comparative History – Elementary Education – Brazil and Portugal.

Introdução

Em Portugal e suas colônias, o ensino elementar tem origem nas aulas de ler, escrever e contar a cargo das ordens religiosas, notadamente dos jesuítas, que tinham um plano curricular único para todas as suas escolas. Com a expulsão da Ordem, pelo Marques de Pombal, em 1759, iniciou-se a estatização do ensino, mediante a criação das Aulas Régias. São essas aulas que darão origem ao Ensino Primário no século XIX

e, sua obrigatoriedade, embora tentada pelos sucessivos regimes políticos desde a I República Portuguesa (1910), somente foi efetivada a partir da Ditadura do Estado Novo (1933).

Tanto em Portugal, quanto no Brasil, várias reformas alteraram a estrutura desse nível de ensino. No país lusitano, a primeira Lei de Bases do Sistema Educativo, de 1973, instituiu o Ensino Básico obrigatório, com duração de oito anos, compreendendo o ensino primário e o ensino preparatório. O dispositivo não chegou a ser implantado, pois com a Revolução de 25 de Abril de 1974, a escolaridade obrigatória foi reduzida para seis anos. Somente em 1986, uma nova Lei de Bases do Sistema de Ensino estabeleceu o Ensino Básico obrigatório, com três ciclos, sendo o primeiro relativo ao ensino elementar. Hoje a obrigatoriedade estende-se a doze anos de estudos.

Comumente, o ensino primário é desenvolvido em classes sequenciais, com os alunos transitando para a classe seguinte depois de concluídos com sucesso os estudos da anterior. As crianças são agrupadas numa turma, sob a responsabilidade de um único professor. Idealmente, desde o século XIX, seus professores deveriam possuir formação mínima profissional em cursos pedagógicos de nível médio; a aspiração de formação superior para esses docentes iniciou-se no Brasil e em Portugal a partir de meados do século XX. Entretanto, nenhum dos dois países conseguiu universalizar essa formação em seus sistemas de ensino.

No Brasil, somente a partir de 1971, com a Lei 5.692/91, foi instituído o Ensino de 1º Grau de caráter obrigatório com oito anos de duração; esse nível juntou o ensino primário com o ensino ginasial (que fazia parte do Ensino Secundário). Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, Lei 9.394 de 1996, passou a ser denominado de Ensino Fundamental que, depois, ganhou mais um ano de estudo, agregando as classes de seis anos.

Este artigo se propõe e retratar a trajetória histórica do ensino elementar, tal como era concebido e praticado desde o século XVI até as primeiras repúblicas instaladas nos dois países; no Brasil em 1889 e em Portugal em 1910. Prioriza as iniciativas oficiais dos dois governos, demonstrando o percurso da expansão deste nível de escolarização a partir de dados disponíveis na historiografia corrente. Retrata algumas ações no campo da alfabetização, uma vez que a expansão da escola primária tem ligações intrínsecas com os níveis de alfabetização das populações jovens e adultas. Pontua algumas concepções sobre a importância da extensão da oferta para a consolidação dos novos regimes políticos e para o progresso econômico e social das nações.

Para concluir expõe indicadores educacionais dos dois países na atualidade, retomando comparativamente certos aspectos das trajetórias relatadas, na perspectiva de apontar algumas contribuições do período estudado no difícil e tumultuado percurso da universalização da educação elementar nos dois países.

Trata-se, pois, de uma pesquisa bibliográfica que recorre à historiografia portuguesa e brasileira disponível na materialidade de livros e textos e na forma digital, através da Rede Mundial de Computadores. Mesmo com suas limitações, este ensaio ambiciona constituir-se num modesto contributo à história da educação comparada que tem os dois maiores países de língua portuguesa como objeto de estudo.

I. Portugal e Brasil: os primeiros tempos da escola de ler e escrever

Conforme registra a historiografia corrente, desde que Portugal se instituiu enquanto estado independente, até o século XV, a leitura e a escrita era restrita aos cargos eclesiásticos. Diante da emergência de tendências iluministas e da expansão mercantilista nos séculos XVI ao XVII, as necessidades de alfabetização se alastrará para outras parcelas da população.

A hierarquia eclesiástica desenvolvia ou autorizava a escolarização na perspectiva de doutrinar as camadas populares; sendo assim, a abertura de uma escola dependia de autorização da Igreja Católica que avaliava a profissão de fé do mestre que não deveria descuidar do ensino da religião. A partir do século XVI, com os jesuítas e os oratorianos, o movimento de escolarização elementar será revitalizado, com a ampliação da oferta de escolas de ler e escrever.

Portugal apossa-se das terras brasileiras em 1500. Quarenta e nove anos depois chegaram os primeiros jesuítas, com a missão de evangelizar os nativos e manter no catolicismo o pequeno rebanho de colonos portugueses. Paiva (2003, p. 43) confirma que “desde que chegaram ao Brasil, os jesuítas estabeleceram escolas e começaram a ensinar a ler, a escrever e a contar e cantar”. Sob a liderança de Manuel da Nóbrega, os inicianos fizeram funcionar, na recém fundada Salvador, uma escola de ler e escrever. Assim, durante 210 anos, eles promoveram uma ação maciça de catequese dos índios, educação dos filhos dos colonos, formação de sacerdotes e da elite intelectual, controlando a fé e a moral dos habitantes.

Depois de 1759, com a expulsão dos jesuítas de todos os domínios do Reino, se efetivaram as primeiras iniciativas em torno da estatização do ensino. Conforme Adão (1997, p. 34-35) em Portugal, a expulsão da Companhia não trouxe tantos prejuízos ao ensino elementar, pois já existia uma rede considerável de escolas providas pelos conselhos municipais e mestres particulares.

No Brasil, por ocasião da expulsão, a Companhia tinha 25 residências, 36 missões e 17 colégios, além dos seminários e das inúmeras escolas de ler e escrever instaladas em quase todas as aldeias e povoações. Muitos autores corroboram a ideia de que o pequeno sistema escolar existente fora desmontado. Entre eles, Fernando de Azevedo, para quem, entre a expulsão dos jesuítas e a transplantação da Corte para o Brasil, abriu-se um largo hiato pela desorganização e decadência do ensino colonial, de modo que “nenhuma organização institucional veio, de fato, substituir a poderosa homogeneidade do sistema jesuítico”. (Azevedo, 1996, p. 545).

Somente em 1772 é que teve início a montagem de um ensino público oficial. Custeado em parte por um novo imposto denominado Subsídio Literário, foram criadas as ‘Aulas Régias’ com conteúdos mais afinados com a orientação iluminista e 17 aulas de ler e escrever nas cidades mais populosas. Para Fernando de Azevedo (1996, p. 557), das reformas pombalinas, o que mais beneficiou o Brasil foi a reestruturação da Universidade de Coimbra, pois os jovens da elite agrária que lá estudaram, embevecidos pelas ideias de Locke, Rousseau e Voltaire começaram a aspirar a independência da colônia; entre eles alguns dos conjurados brasileiros.

Em Portugal, 1772 é também o ano de iniciativas mais significativas. A Lei dos Estudos Menores veio regular a criação de um sistema público de instrução primária, propondo a instalação de escolas em todo o território nacional, custeadas pelo Erário Público. Cinco anos depois, no Reinado de Maria I, são criados os primeiros estabelecimentos de ensino gratuitos para meninas. No Brasil, a Rainha doou em 1796, um antigo edifício do colégio jesuíta à Catedral de Pernambuco para a instalação de um seminário de educação para a mocidade: o Seminário de Olinda – a mais ilustrada escola da Colônia brasileira. Quanto à instrução elementar na colônia e na metrópole, Nóvoa (2005, p. 26) observa que o sistema público elementar não era acessível a todos, estavam de fora todos que trabalhavam na agricultura e nas artes fabris, pois a esses bastava a instrução religiosa dos párocos.

Tanto em Portugal quanto na sua maior colônia, a perda do controle da igreja não significou a laicização do ensino, nem a destituição dos mestres católicos; o currículo continuou contemplando matérias de Religião e boa parte do clero permaneceu exercendo funções docentes. No Brasil, principalmente beneditinos, carmelistas e franciscanos; em Portugal, os oratorianos se destacavam.

II. A expansão da Escola Primária Oficial no Império Luso-Brasileiro

Devido aos atritos da Corte Portuguesa com Napoleão, a família Real se transferiu para o Brasil em 1808, sob a proteção da Inglaterra. Em 1816, com a morte de sua mãe, D. João VI assume o trono e o Brasil passa por modificações consideráveis: a abertura dos portos e a anulação do alvará que proibia a instalação de manufaturas abalam o pacto colonial. A criação da imprensa régia (1808) fazendo surgir alguns jornais, o Jardim Botânico (1810) que incentiva estudos de botânica com as expedições científicas, a vinda da Missão Cultural Francesa (1816), que rompe com a tradição da arte colonial, e a criação do

Museu Real (1818) são iniciativas que modificam o panorama cultural brasileiro.

Quando a Família Real chegou ao Brasil encontrou apenas as insuficientes aulas régias do tempo de Pombal, o que obrigou o Rei a criar escolas, sobretudo superiores. Para formar oficiais do Exército e Marinha para a defesa da Colônia, engenheiros e médicos foram criadas a Academia Real da Marinha (1808) e a Academia Real Militar (1810). O ensino elementar experimentou uma insignificante expansão de oferta durante a estada de D. João VI no Brasil com a criação de mais 60 cadeiras; no secundário, as aulas régias ganharam mais de 30 cadeiras de gramática latina (Carvalho, 1982, p. 45).

Medidas econômicas adotadas no Brasil beneficiaram a aristocracia rural que, no entanto, se achava excluída das decisões políticas, esfera em que os ricos comerciantes portugueses tinham maior influência. A tensão entre esses dois segmentos, a alta taxação de impostos e as ideias iluministas contra o absolutismo real favoreceram a independência em setembro de 1822. Os ideais da Revolução Francesa inspiraram os liberais no estabelecimento de um sistema nacional de instrução pública que resultou em lei nunca cumprida.

Alfredo Bosi (1992, p. 23-24) analisa que as tensões entre as oligarquias e a centralização crescente da Coroa será um dos fatores da crise do sistema político desde o final do século XVIII. Feita a independência, o mandonismo local poderá afirmar-se e obter legitimação formal mediante a presença de bacharéis nos parlamentos e nas assembleias provinciais.

Passada a euforia do primeiro momento, a Assembleia Constituinte foi dissolvida e a primeira Constituição Brasileira outorgada em 1824, pelo Príncipe Regente Pedro I. A Carta Magna mantém o princípio da liberdade de ensino e a intenção de instrução primária gratuita para todos os cidadãos. Em 1827, uma lei foi promulgada determinando a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugarejos e escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas.

Em outubro de 1822, D. João VI voltou a Portugal, ocasião em que foi instituído o primeiro governo constitucional monárquico. O Regulamento da Instrução Primária data de setembro de 1835 e estabeleceu, entre outros aspectos, a criação de uma escola elementar nas localidades com mais de 400 habitantes, sendo que o governo central somente assumiria as despesas nas municipalidades que não dispusessem de recursos. A carta também preconizava para o ensino primário, nas escolas mantidas pelo governo, a adoção do ensino mútuo. Aos municípios cabia financiar e inspecionar as escolas.

É interessante notar que o mesmo ocorreu no Brasil um ano antes; o Ato Adicional de 1834 descentralizou o ensino, cabendo à Coroa promover e regulamentar o ensino superior e às províncias a escola elementar e secundária. Segundo Fernandes (1998, p. 32), esses dispositivos faziam retornar a situação anterior a Pombal e significava a confissão tácita da incapacidade do Estado em assegurar por si só o funcionamento da escola popular.

No Brasil também foi adotado o método lancasteriano de ensino mútuo para instruir o maior número de alunos com menor gasto possível. Apesar de ineficaz, a experiência se arrastou de 1823 a 1838, pois não se investia na formação de professores; as escolas normais foram implantadas a partir de 1835, admitindo somente rapazes e funcionando precariamente. Em 1836, havia em São Paulo apenas dois professores de primeiras letras e a primeira escola de preparação de professores foi fundada em 1846 com apenas um mestre. Durante os primeiros vinte anos de funcionamento conseguiu formar 40 professores e, somente trinta anos depois de fundada, passou a oferecer uma seção feminina. (Azevedo, 1996, p. 576).

O modelo econômico brasileiro, predominantemente agrário, passou por algumas alterações na segunda metade do século XIX em função do incremento do comércio e, mais para o final do século, com um pequeno surto de industrialização. Era uma sociedade de enorme população rural analfabeta composta, sobretudo, por escravos. Ademais, não havia exigência do curso primário para os outros níveis de ensino, fazendo com que a elite educada em casa com preceptores não recorresse às instituições escolares. Para os demais segmentos restavam pouquíssimas e pobres escolas oficiais. Liberato Barroso produziu um

relatório informando que em 1867 apenas 10% das crianças em idade escolar estavam matriculadas nas escolas primárias. (Aranha, 1996, p. 155)

Por ocasião da expulsão da família real do Brasil, depois de proclamada a República, Portugal vive uma instabilidade política pelo descontentamento popular com a Monarquia e a eclosão de movimentos republicanos. Nesse contexto, em 1896, uma nova reforma organiza o ensino elementar criando nas escolas centrais quatro classes ascendentes (1ª, 2ª, 3ª e 4ª classe) e estabelece o número mínimo de três horas diárias de atividades letivas. Assim, Portugal adentra o século XX com dois tipos de escolas primárias: as escolas centrais, com suas quatro classes, e as escolas paroquiais com apenas um professor, no estilo classe multisseriada que conhecemos ainda hoje. Os próprios professores, inspetores e subinspetores, diretamente submetidos ao diretor geral da Instrução Pública, cuidavam da administração do ensino, numa relação de forte dependência hierárquica.

4. As Primeiras Repúblicas e a Escola Elementar

A República portuguesa foi implantada em 05 de outubro de 1910, quando o país tinha setenta e cinco por cento da sua população analfabeta. Urgia, então, servir-se da educação escolar para alimentar as massas dos ideais republicanos, sedimentando e consolidando o novo regime. Assim, em março de 1911, uma nova reforma reorganiza a instrução primária, dividindo-a em três graus: elementar, complementar e superior. História Pátria, Educação Social e Cívica e Higiene Individual, entre outros conteúdos, complementavam o currículo da escola elementar, agora destituído de Religião.

A primeira República do Brasil, que se estende de 1889 a 1930, estabeleceu a laicidade do ensino e a gratuidade da escola primária pública. A constituição republicana fiel aos princípios da descentralização manteve a responsabilidade dos estados e municípios com o ensino elementar e delegou ao governo central o ensino superior. O período foi marcado pela introdução do ideário da Escola Nova, por reformas educacionais estaduais nele inspirados e por mobilizações da sociedade civil em torno da alfabetização do povo.

4.1. Analfabetismos: vergonhas nacionais

Em Portugal, os republicanos chamaram a atenção para a decadência nacional, procurando mostrar a necessidade da formação de um homem novo, pois sem ele seria impossível forjar uma Pátria Nova. No campo da educação, a República retirou a doutrina cristã das escolas primárias (1910), criou o Instituto do Professorado Primário Oficial Português (1915) e investiu em campanhas de alfabetização.

Como no Brasil, os republicanos portugueses consideravam o analfabetismo o maior inimigo do progresso, "uma vergonha nacional". Divulgavam que o Império tinha utilizado a falta de instrução como forma de controlar a população, pois um povo instruído e culto não aceitaria passivamente aquele regime por tanto tempo. Assim, uma vez no poder, deram início a uma campanha de combate ao analfabetismo, lançando missões móveis para alfabetizar adultos.

O analfabetismo foi tema de debates acirrados, com republicanos defendendo a prioridade máxima a alfabetização de todo o povo, propondo a transformação de todas as unidades escolares públicas em escolas de alfabetização. "Os Cavaleiros Andantes do ABC", como ficaram conhecidos os defensores ardorosos da extinção imediata do analfabetismo, receberam duras críticas, inclusive alertando-se para as "superstições do alfabeto".

Pintassilgo explica esse 'fetichismo do alfabeto', esclarecendo que alguns dos republicanos, notadamente os mais influenciados pela Escola Nova, denunciavam que o problema da formação do 'novo homem republicano' não se limitava a alfabetização, pois pouco valeria destruir o analfabetismo se não fosse acompanhado de uma educação que fortalecesse e valorizasse a raça portuguesa.

Esse mesmo debate ocorre no Brasil. Segundo Paiva (1987, p. 99-100), os protestos contra a "obsessão de dar combate ao analfabetismo" surgem, principalmente, entre os intelectuais da educação (os adeptos

da 'Escola Nova' e os fundadores da Associação Brasileira de Educação – ABE de 1924), pois a alfabetização ou a instrução primária não bastavam para transformar o indivíduo num cidadão útil. Além disso, não seria suficiente para melhorar as condições políticas e sociais da nossa democracia, servindo apenas para engrossar as fileiras do eleitorado semianalfabeto que dominava no país.

As repúblicas brasileira e portuguesa foram veiculadoras do nacionalismo e patriotismo impulsionados pela 1ª Guerra Mundial e as Constituições de ambos os países determinavam que somente os maiores de 21 anos e alfabetizados poderiam votar (na Primeira República Parlamentarista de Portugal, analfabetos que fossem chefes de família podiam votar). Por isso, a difusão da instrução torna-se imprescindível à própria sobrevivência do novo regime político. Em 1920, o Brasil tinha 25 milhões de habitantes, mas somente compareceram para votar pouco mais de 400 mil eleitores. (Paiva, 1987, p. 97).

4.2. Escola Nova e Mobilizações das Sociedades em torno da Alfabetização

A corrente pedagógica denominada Escola Nova, embasada no pragmatismo norte-americano, inspira-se na concepção de aprendizado do aluno por si mesmo, por sua capacidade de observação, de experimentação, orientado e estimulado por profissionais da educação treinados especialmente para este fim (Bomeny, 2001, p. 43). Os chamados educadores reformadores ou escolanovistas efetivaram intervenções administrativas e pedagógicas que refletiam "o dinamismo e a inquietação em responder ao desafio de apagar a mancha da nação": São Paulo (1920), Ceará (1922-23), Bahia (1928), Minas Gerais (1927-28), Pernambuco (1928), Paraná (1927-28), Rio Grande do Norte (1925-28) e Rio de Janeiro (1922 e 1926).

Figueiras (2001) identifica a introdução do ideário da Escola Nova em Portugal no final do século XIX, perpassando toda a 1ª República e chegando aos primeiros anos do Estado Novo, através de doze escolas particulares, situadas nas três mais importantes cidades: Lisboa, Porto e Coimbra. O autor relaciona princípios escolanovistas nos documentos relativos a essas escolas e descreve realizações pedagógicas nos âmbitos da imprensa escolar, trabalhos manuais, correspondência interescolar e cinema educativo.

Referindo-se ao trabalho de Figueiras, Rodrigues (2005) questiona a dualidade educação nova/progressista versus tradicionalistas, já que as pressões sofridas por alguns dos 'escolanovistas' se deram muito mais por conta de seus ativismos políticos. Pontifica, inclusive, que "o expoente máximo da educação nova em Portugal, Faria de Vasconcelos, colaborou com o Estado Novo, como diretor do Instituto de Orientação Profissional, até 1939". É o que também irá ocorrer no Brasil, sendo que os nossos reformadores experimentaram suas convicções pedagógicas no seio da escola pública, através das reformas estaduais, ainda na Primeira República; muitos deles constituindo-se em referências profissionais que viriam a ser incorporadas pelo regime ditatorial, notadamente, no Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945).

Do ponto de vista das mobilizações da sociedade civil em torno da escolarização popular, Bomeny (2001, p. 31) também chama a atenção para a atuação das Ligas de Defesa Nacional, que reuniam intelectuais, profissionais liberais e funcionários públicos, e se espalharam pelo país com projetos de alfabetização e disseminação da escola primária. Seus integrantes conclamavam a nação para se empenhar numa campanha de alfabetização em massa que seria "o remédio milagroso: alfabetizando-se a população, corrigiam-se de pronto todas as mazelas que afetavam a sociedade brasileira em sua expressiva maioria".

Na Primeira República Portuguesa, o esforço de combater o analfabetismo vem quase tão somente do Estado. Somente na Ditadura Militar (1926-1933) é que surge a "Liga de Propaganda contra o Analfabetismo" e a "Federação dos Amigos da Escola Primária", que em outubro de 1927, realiza no Porto, a "1ª Semana Contra o Analfabetismo", conduzindo à criação de 42 cursos noturnos. (Mansos, s/d, p. 4).

4.3. Realizações e Resultados da Escolarização

A reforma da 1ª República Portuguesa descentralizou o ensino primário, entregando-o a administração dos

municípios, investindo na inspeção central com o aumento do número de inspetores: de 1910 a 1919, os inspetores passam de 43 para 87. Visando uma melhor qualidade da formação elementar, estenderam o ensino primário que era de 4 classes, com apenas 3 obrigatórias, passando para 5 anos obrigatórios – para crianças dos 7 aos 12 anos de idade; as classes superiores, com 3 anos de duração era destinada aos adolescentes de 12 a 15 anos. Também promoveram aumentos salariais para os professores e criaram três escolas normais em Lisboa, no Porto e em Coimbra, pretendendo que as mesmas servissem de modelo para outras tantas que seriam criadas pelas juntas dos distritos, com a ajuda do governo central.

A herança educacional do Império no Brasil impunha enormes desafios à República: todos os alunos de todos os níveis de ensino juntos representavam apenas 2% dos nove milhões de habitantes em 1878; havia 5.661 escolas primárias com 175 714 alunos; a capital da Corte, com 330 mil pessoas livres e 70 mil escravos, tinha 95 escolas públicas e 116 particulares que atendiam a 12 mil alunos, o que representava 5% dos habitantes livres. Em 1870, o índice de analfabetismo no país chegava a 78% entre a população de 15 anos e mais. (Werebe, 1994, p. 37)

O ensino elementar teve sua matrícula triplicada entre 1889 e 1932: em cada mil habitantes, 18 pessoas estavam na escola primária em 1889; em 1932, esse número pula para 54 em cada mil. Um dos grandes feitos de que se vangloriavam os republicanos brasileiros foi a instituição dos Grupos Escolares a partir de 1895, quando foi inaugurado o de São Paulo. Conforme Faria Filho (2003, p. 147), os grupos foram concebidos e construídos como verdadeiros templos do saber, pondo em circulação aquele que viria ser o modelo definitivo da educação primária: o das escolas seriadas. Assim, os grupos escolares serviam para mostrar à própria República o rompimento com o passado imperial e o novo projeto educativo dos republicanos.

Bomeny(2001, p. 19) registra o crescimento da rede privada que se firmou com a República. Em 1932, ela respondia por 18,4% das matrículas no ensino elementar, onde a rede de escolas católicas sobressaía-se com escolas confessionais de prestígio, mantendo e consolidando a tradição de ensino religioso que disputará seu lugar ao longo de várias décadas no Brasil. Nesse percentual, não se pode desprezar o crescimento das escolas protestantes que tem sua liberdade de credo garantida pela República, nem as iniciativas operárias, com suas escolas de orientação anarquista, mesmo circunscritas aos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo (Jomini, 1990, p. 116-125).

Não encontramos fontes sobre a criação de escolas primárias por anarquistas em Portugal, cuja presença a partir de 1886 foi diminuta. Os protestantes começaram a se estabelecer a partir de 1864, através da Sociedade Bíblica Britânica Estrangeira – SBBE, e criam algumas poucas escolas que, no meado do século, começaram a desaparecer por conta da expansão da rede estatal.

A República tentou por em prática a Educação Infantil, já preconizada em legislações do Império, com as classes de 4 a 7 anos. Entretanto, a iniciativa, tomada em 1919, não pode ir adiante, devido às instabilidades da República, derrubada 1926; apenas duas escolas foram criadas em Lisboa; ambas transformadas em escolas de ensino médio pela Ditadura Salazarista. No Brasil, o primeiro jardim de infância público surgiu em 1896, como uma escola anexa à Escola Normal Caetano de Campos, na cidade de São Paulo, mas será no século seguinte que os jardins públicos começam a se espalhar pelo país. (Kuhlmann Jr., 2003, p. 477).

De acordo com Ribeiro (1987, p. 77), cerca de dois terços da população escolar continuava fora da escola engrossando o contingente de analfabetos; dos 18 milhões de habitantes em 1900, a população passou para pouco mais de 30 milhões em 1920. Desse modo, o esforço empreendido na expansão da escolarização elementar não acompanhou o significativo crescimento populacional: 75% dos habitantes permaneciam analfabetos vinte anos depois do início da República.

Em Portugal, os resultados são mais animadores. Segundo Candeias e Simões (1999, p. 170), de 1900 a 1930, entre a população de 7 anos e mais, os índices de alfabetização cresceram de 26% para 38%; embora esse crescimento já venha ocorrendo nos últimos anos do Império quando Portugal saiu de 15%

de alfabetizados em 1850 para 25% em 1900. Vale ressaltar, no entanto, que nas últimas décadas do Império o crescimento populacional foi muito pequeno: de 4.699.084 em 1878, passou para 4.921.708 em 1890 (pouco mais de 222 mil pessoas); o mesmo ocorreu nos primeiros anos do século XX, quando a população portuguesa passou de 5.423.133 em 1900 para 6.080.429 em 1930 (cerca de 650 mil pessoas).

Com populações eminentemente agrícolas, as constatações de Pintassilgo para o quadro português, valem igualmente para o Brasil. Amparado em alguns autores, Pintassilgo alerta de que a incapacidade para ler e escrever não era sentida como um problema pelo povo português. Pelo contrário; para as comunidades, que recorriam as suas crianças como mão-de-obra nas pequenas propriedades familiares, abdicar de mais instrumentos de trabalho significava uma imposição destrutiva, uma violência inútil.

O balanço das quase duas décadas da República Portuguesa resultou num saldo positivo para o ensino elementar pois o número de freguesias desprovidas de escolas primárias diminuiu substancialmente: em 1926 eram 345 quando em 1911 eram 702. Assim, o número de escolas e das matrículas elevou-se: de 1.105 escolas em 1910 para 6.657 em 1926; o número de alunos cresceu de 95.500 para 367.330 em 1926 e a taxa de analfabetismo caiu de 76,1% para 70,5% em 1920.

Stoer faz uma interessante reflexão sobre a I República Portuguesa, alegando inicialmente que “a democracia e o socialismo articulavam-se com a educação, a primeira de uma forma declarada, o segundo apenas hesitantemente”. Os republicanos promoveram aumento salarial para os professores, pois os concebiam “como uma força capaz de realizar a mudança social suplantando, ou pelo menos rivalizando com a tradicional liderança dos padres nas pequenas comunidades” (Stoer, 1982, p. 25). Eles também se esforçaram na expansão da instrução primária aos meios rurais, favorecendo a extensão das oportunidades educacionais a camadas cada vez mais vastas da população.

Analisando a atuação dos reformadores republicanos dos anos 20 no Brasil, Monarcha (2009, p. 124) diz que as aspirações de obrigatoriedade escolar, escola única como dever do Estado e a laicização do ensino feriam a lógica da doutrina liberal, sendo interpretadas pelos adversários como esboço de socialismo ou criptocomunismo. Para grande parte dos reformadores sociais, a cura da nação se daria pela ciência e pela instrução, pela educação moderna com seu ideal social capaz de associar indivíduo a coletividade, persuadindo-o a tomar como objeto de respeito e devoção a própria sociedade. Assim, tanto para os republicanos do lado de cá quanto para os do lado de lá do Atlântico, a instrução aparece como um remédio, com virtudes terapêuticas.

Conclusões Aproximativas(ou questões a serem investigadas)

Vimos o surto de desenvolvimento intelectual que o Brasil experimenta com a vinda da Família Real no alvorecer do século XIX; um século que irá assistir a Abolição da Escravatura, a Independência e a instalação da República; ocasião em que toda a população estudantil não ultrapassava 2% dos habitantes. As realizações educacionais no Brasil, sede do governo Imperial português, considerando as especificidades de cada território, não foram tão aquém do que se fez na metrópole, tendo em vista que as iniciativas mais importantes se deram no campo da educação média e superior. Depois da Independência, a expansão da educação elementar mediante a gratuidade e obrigatoriedade da escola primária no Brasil não ultrapassou a letra da Lei.

O primeiro período republicano brasileiro e português será marco importante na educação elementar pelas concepções das suas lideranças sobre o valor da educação, pela mobilização de intelectuais e segmentos das camadas médias e pelas realizações concretas em torno da ampliação das oportunidades para o povo. Vimos que o entusiasmo pela educação como sustentáculo dos novos regimes políticos deu-se de igual modo nos dois países, pela convicção de que o analfabetismo e o baixo nível de escolaridade eram as causas de todo o atraso econômico e da subserviência do povo a regimes autoritários.

Na República brasileira, a Escola Nova se realizou como política pública, consubstanciada nas reformas empreendidas nos anos vinte em importantes estados brasileiros e subsistirá por mais algumas décadas,

fundamentando projetos e programas educacionais. No país luso, essa tendência pedagógica concretizou-se em poucos empreendimentos educacionais privados, alguns voluntaristas e filantrópicos que não resistiram ao modelo político autoritário montado a partir dos anos 30. Tanto lá quanto cá, intelectuais entusiastas da Escola Ativa serviram a governos autoritários, resistindo às críticas e tolerando determinações discordantes, cientes da importância das suas contribuições na expansão da oferta escolar e na melhoria da qualidade do ensino.

Quanto às mobilizações da sociedade civil em torno da alfabetização, verifica-se no Brasil uma maior quantidade de iniciativas nos anos republicanos, uma vez que as ligas nacionalistas do lado de cá do Atlântico tiveram uma presença mais maciça nos estados e municípios brasileiros. Ainda que não tenhamos números pelos quais se possam comparar os resultados concretos de suas ações, inferimos que as ligas brasileiras tiveram uma representatividade social mais aguda que as portuguesas. O mesmo se pode deduzir em relação às iniciativas privadas protestantes e operárias.

Num balanço geral, as primeiras repúblicas brasileira e portuguesa legaram um contributo não desprezível à educação primária das décadas posteriores, ainda que os sistemas políticos tenham sido diferentes; Portugal experimenta uma longa ditadura que reforça a estatização do ensino e, mesmo servindo à legitimação do poder instituído, irá democratizar o acesso à escola primária; o Brasil oscila entre períodos democráticos e autoritários, chegando mais tardiamente à universalização do ensino fundamental.

Conforme a historiografia corrente, em 1955, Portugal alcançou a universalização da educação elementar, uma vez que quase todas as crianças de 7 a 11 anos estão matriculadas. Foram quase 30 anos de percurso até que o povo português se assegurasse da oportunidade de escolarização básica. No Brasil, a caminhada foi mais lenta; somente em 1997, um ano após a última Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional vigente, é que 97% das crianças e adolescentes de 7 a 14 anos estavam frequentando o Ensino Fundamental de oito anos; foram mais de 60 anos de estrada.

Entretanto, no que se refere à universalização portuguesa, Rummert (2009, p. 363) expõe um dado que coloca em cheque essa escolarização obrigatória e universal dos anos 50 em Portugal; segundo ela, em 2001, 17,4% dos portugueses adultos sabem ler sem nunca terem frequentado escolas e 27% tinha apenas concluído os quatro primeiros anos da escola básica. A julgar por esses dados, a universalização portuguesa não se efetivou naqueles anos. É mais uma questão a ser investigada e aprofundada.

Conforme o censo de 2011, a metade da população portuguesa tem o ensino médio concluído, o número de analfabetos saiu de 9% no início da década para 5,2% e 15% das pessoas com mais de 23 anos possuem o nível superior; a população adulta tem uma média de 8 anos de escolaridade. O Brasil tem 12,9% de analfabetos, cerca de 3 milhões de crianças e jovens fora da escola e a média de escolaridade é de 7,1 anos de estudo. Ambos os países ocupam uma posição desconfortável em seus continentes, com indicadores educacionais muito aquém da maioria dos seus vizinhos.

Nos limites deste ensaio, mais perguntas que respostas se impõem para compreender a importância das repúblicas inaugurais na configuração dos sistemas educacionais que se forjaram após os 'republicanos de primeira hora' perderem as rédeas da condução política das suas nações. No campo das ideias pedagógicas e das realizações educacionais, as duas repúblicas se assemelham em muitos aspectos, guardando coerências com as conjunturas internacionais, mas também revelando resultados dos percursos históricos porque passaram suas sociedades e as capacidades reelaborativas dos seus intelectuais e dirigentes.

A mim, resta a desconfiança de que a metrópole portuguesa, tanto na Colônia quanto no Império, não impôs ao Brasil um atraso educacional deliberado e mal intencionado; a velha metrópole não podia dar o que não tinha, não podia impulsionar o que não julgava importante para si própria...Largamos a mão de Portugal e, sob outras influências, construímos uma Primeira República mais afeita aos novos ventos da modernidade educativa...

Referências:

ADÃO, Áurea. **Estado Absoluto e Ensino das Primeiras Letras – as escolas régias (1772-1794)**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

AZEVEDO, Fernando de. **A Cultura Brasileira**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Brasília: Editora UnB, 1996.

ARANHA, Maria Lúcia Arruda. **História da Educação**. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 1996.

BOMENY, Helena. **Os Intelectuais da Educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

BOSI, Alfredo. **A Dialética da Colonização**. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

CANÁRIO, Rui e RUMMERT, Sonia Maria. Educação de jovens e adultos trabalhadores no Brasil e em Portugal: escritos preliminares. SOUZA, Donaldo Bello de; MARTINEZ, Silvia Alicia (orgs.). **Educação Comparada: Rotas de além-mar**. São Paulo: Xamã, 2009. p. 355-371.

CANDEIAS, António e SIMÕES, Eduarda. Alfabetização e escola em Portugal no século XX: censos nacionais e estudos de caso. **Análise Psicológica**. 1999, n. 1. XVII. P. 163-194.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução Elementar no Século XIX. LOPES, Eliane Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano M. de e VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). **500 Anos de Educação no Brasil**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 135-150.

JOMINI, Regina Célia Mazoni. **Uma Educação para a Solidariedade: contribuições ao estudo das concepções e realizações educacionais dos anarquistas na República Velha**. Campinas: Pontes, 1990.

KUHLMANN Jr. Moysés. Educando a Infância Brasileira. LOPES, Eliane Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano M. de e VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). **500 Anos de Educação no Brasil**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 469-496.

MANSOS, Maria do Pilar. **O Jornal "A Campanha" como meio orientador do processo de alfabetização de adultos em Portugal (1953-1956)**. Universidade do Minho. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema2/0223.pdf>. Acesso em 01. Abril.2013.

MONARCHA, Carlos. **Brasil Arcaico, Escola Nova: ciência, técnica e utopia nos anos 1920-1930**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

RIBEIRO, Daniela Alexandra David. **Desenvolvimento Organizacional na Escola Básica do Primeiro Ciclo: o papel do coordenador de estabelecimento**. Universidade Portucalense Infante D. Henrique. Porto, 2008. (dissertação de mestrado).

RODRIGUES, Jorge de Sousa. **Manuel Henrique Figueira, Um roteiro da educação nova em Portugal. Escolas novas e práticas pedagógicas inovadoras (1882-1935)**. Lisboa: Livros Horizonte, 2004, 319 páginas (resenha). *Análise Social*. N. 176. Lisboa: out, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?pid>. Acesso em 28. Abril. 2013.

STOER, Stephen. **Educação, Estado e Desenvolvimento em Portugal**. Lisboa: Livros Horizonte, 1982.

WEREBE, Maria José Garcia. **30 Anos depois: grandezas e misérias do ensino no Brasil**. São Paulo: Ática, 1994.

[1] Professora da Universidade Tiradentes, doutoranda em educação da PUCRS (DINTER/UNIT-PUCRS).
Email: tccgraca@yahoo.com.br